



# MARIA LUIZA MONTEIRO DE MELO

Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília, no dia 20 de fevereiro de 2020, por Hebert Vilson França e Cláudio Divino Pereira.

**Maria Luiza Monteiro de Melo** nasceu em 20/4/1945 no Município de Manaquiri, região metropolitana de Manaus, Estado do Amazonas. É filha de Raimundo Gomes de Melo e Celina Monteiro de Melo. É mãe de Paulo Roberto de Melo Gonçalves, Hiram de Melo Gonçalves e Luísa de Melo Silva.

De 1957 a 1958 cursou o 3º e o 4º ano primário no Colégio Estadual Euclides da Cunha, no Bairro da Cachoeirinha, em Manaus. Em janeiro de 1959, prestou e foi aprovada em Exame de Admissão ao Instituto de Educação do Estado, com sede da Avenida Eduardo Ribeiro. Curso ginásial do 1º grau, 5ª e 6ª séries, em 1959 e 1960; 7ª e 8ª séries, em 1969 e 1970, no Ginásio Estadual Castello Branco. Em 1972, 1973 e 1974 estudou no Colégio Brasileiro, em Manaus, onde formou-se no curso de Técnico em Contabilidade. Concluiu, no ano de 1984, três cursos à distância oferecidos pelo IOB: Direito Imobiliário, Advocacia Criminal e Processo do Trabalho. Também concluiu o curso à distância Direito Público para Vereadores, oferecido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Participou do 5º Curso de Direito Penal Executivo, realizado pelo Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP), no período de 2 a 6/4/1984, no Rio de Janeiro/RJ. No ano de 1986, formou-se em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB).

Trabalhou contratada, em 2/4/1962, pelo Serviço de Acôrdo de Classificação de Produtos Agrícolas e Pecuários, até 1º/6/1962. Enquadrada em caráter provisório pelo Ministério da Agricultura, de conformidade com o parágrafo único do art. 23 da Lei nº 4.069, de 11/6/1962, pela Resolução Especial nº 174, de 30/8/1963, publicada no Diário Oficial da União de 6/9/1963, vigorando as vantagens a partir de 15/6/1962. Excluída do enquadramento provisório pelo Decreto nº 62.234, de 7/2/1968, publicado no Diário Oficial da União

de 12/2/1968, a partir do mês de março, conforme o Decreto nº 62.310, de 23/2/1968, que alterou a vigência do Decreto de exclusão. Reintegrada pelo Decreto nº 64.040, de 31/1/1969, publicado no Diário Oficial da União de 4/2/1969, de acordo com os artigos 58 e 59 da Lei nº 1.711, de 28/10/1952, vigorando as vantagens a partir da data da exclusão. Requisitada pelo dr. Osmar Pedrosa, procurador da República, para prestar serviço na Procuradoria da República no Amazonas, por meio do Ofício nº 19, de 17/3/1969, iniciando os serviços em 26/3/1969. Por meio do Ofício nº 40, de 23/3/1970, o procurador da República no Amazonas requereu ao Ministério da Agricultura sua transferência definitiva para o Quadro de Pessoal da Procuradoria da República no Amazonas, conforme o disposto no art. 1º, § 3º, do Decreto nº 61.776, de 24/11/1967, no que foi atendido pelo Decreto nº 73.861, de 14/3/1974. De 1977 a 1981, trabalhou como datilógrafa na Procuradoria-Geral da República. Em 1981, foi promovida ao cargo de Agente Administrativo da Procuradoria-Geral da República, após aprovação em concurso público. Em 1982, pediu transferência para a Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, onde trabalhou até 1983. Em 1983, foi nomeada para o cargo de Auxiliar Judiciário do quadro permanente das Auditorias da Justiça Militar, onde trabalhou até o ano de 1988, quando foi nomeada pelo então presidente da República, José Sarney, para exercer o cargo de procuradora militar de segunda categoria, conforme Decreto Presidencial de 16/9/1988, assumindo junto à 3ª Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, em Manaus/AM. Atuou também nas seguintes Procuradorias de Justiça Militar: PJM/Salvador/BA; PJM/Juiz de Fora/MG; e PJM/Fortaleza/CE. Durante sua trajetória no MPM foi agraciada pelo Exército brasileiro, no ano de 1992, com o diploma de Colaboradora Emérita do Exército, concedido pelo Comando Militar do Nordeste (CMN). Foi promovida, por merecimento, ao cargo de procuradora

da Justiça Militar, conforme Portaria nº 84/PGR, de 20/2/1995. Promovida, por merecimento, ao cargo de subprocuradora-geral da Justiça Militar, pela Portaria nº 205, de 20/04/1995. Aposentou-se, por tempo de serviço prestado, em 8/5/1995. Em 26/10/2007 recebeu a medalha da Ordem do Mérito Ministério Público Militar.

*Memória MPM* – A senhora é natural do Estado do Amazonas e fez o ensino fundamental e ginásial ainda em Manaus. Como foram estes anos de estudos?

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – Meu bisavô materno era fazendeiro no Baixo Amazonas, onde os navios passavam para abastecimento. Em 13 de fevereiro de 1943 meus pais se casaram. Eu nasci em 1945, no município do Manaquiri/AM. Minha infância foi pobre. Meu pai adoeceu de uma doença que trazia estigma para a família e teve que se separar de minha mãe (lágrimas). E nós entramos numa situação muito crítica, porque o meu pai foi nos entregar, minha mãe e nós, quatro filhas, para o meu avô materno. Fomos morar na casa de uma tia em Manaus.

Mas, antes desse período, fiquei morando num orfanato. A comida era muito fraca, muito ruim. Dentro de um mês e pouco, fiquei muito desnutrida, só osso e pele. Um tio, irmão do meu pai, meu padrinho, me levou para sua casa, no Manaquiri. A esposa desse meu tio não me aceitava e me maltratava muito. Levei dela uma surra de chinelo cearense que me fez urinar sangue. Mas ainda fiquei dois anos lá, no Manaquiri, onde eu nasci.

Em 1953 houve uma grande enchente na Amazônia<sup>1</sup>. E os moradores tinham que se transferir para as terras firmes. Na nossa terra quase não tinha terra firme, porque encheu muito mesmo. Aconteceu que vieram diversas pessoas do Costa do Aruanã [comunidade da beira do Rio Solimões, que sofre com as enchentes todos os anos], próximos da entrada do Lago do Manaquiri. Eles

---

<sup>1</sup> O Governo Federal liberou verba extraordinária para socorrer as populações afetadas pela grande enchente do Rio Amazonas e seus tributários. (Jornal Correio da Manhã - RJ, de 17/05/1953).

conheciam meus parentes e foram se abrigar dessa enchente lá nas nossas terras. Entre eles, havia um casal: uma professora distrital, o marido e o filho pequeno. Eu estava com oito anos de idade. Essa professora me viu lá e achou uma presa fácil, cabocla do interior, para me pegar para ser babá do filho dela. Convenceu minha família que iria me levar para me ensinar a ler e escrever. E de fato me levaram para a beira do [Rio] Solimões, no interior.

O meu pessoal se esqueceu de mim. Lá, quase que morro de maus tratos! Tantos que certo dia uma senhora viu meu estado de sofrimento e, coisa de Deus, era conhecida de meus avós maternos. Eu sou neta do Sr. José da Cunha Monteiro, que era delegado na localidade de Miraaau, em Manaquiri. Vovô quando soube da minha situação, em sofrimento há mais de dois anos, mandou me buscar e me entregou para minha mãe. Nesse tempo, já estávamos em 1955, mais ou menos. Foi assim que eu voltei para Manaus, para morar com minha mãe e minhas irmãs, que já estudavam no Grupo Escolar Saldanha Marinho. Eu era analfabeta ainda. Minha mãe morava em uma vila na Rua Barroso, centro de Manaus, perto de onde ela trabalhava em um salão de beleza. Nossa casa na vila só tinha um quarto e uma mini cozinha, banheiro e sanitário eram comunitários. Foi uma vizinha dessa vila que começou a me ensinar as primeiras letras e a taboada. Trabalhando em salão de beleza, minha mãe conheceu senhoras da alta sociedade amazonense, que a ajudaram a arranjar uma vaga para mim no 3º ano primário, no Grupo Escolar Euclides da Cunha. Fui para uma série para a qual eu não tinha ainda a qualificação, só que devido a minha idade tinha que ser naquela série. Sofri muita dificuldade, mas eu tive que enfrentar.

No ano seguinte, na 4ª série, chegou a hora de fazer, no fim do ano, as provas do Exame de Admissão ao ginásio<sup>2</sup>. Minha mãe quis contratar uma professora particular para me preparar para o exame de admissão, a fim de ingressar na 5ª série. A professora que minha mãe queria contratar foi ao salão onde minha mãe trabalhava e disse que não iria me dar aulas porque não adiantava, disse que iria ganhar o dinheiro de minha mãe de graça, porque eu não conseguiria passar no exame de admissão; que era perda de tempo e de dinheiro. Então minha mãe desistiu de pagar essas aulas para mim. Quando cheguei na sala de aula, no Grupo Escolar Euclides da Cunha<sup>3</sup>, em Manaus, minha professora, dona Gersina, me viu triste. Eu era muito tímida. No fim da aula ela disse que queria que eu ficasse na sala. Morri de medo! Ela perguntou o motivo dessa tristeza. Eu fiquei envergonhada, mas disse a ela que eu não iria fazer o exame de admissão. Então ela pegou os livros próprios para fazer a prova do exame de admissão e se propôs a, todo dia, depois da aula, ficar um tempo comigo estudando as matérias do exame. Cada dia eu tinha mais meia hora, fazendo tarefas. Até que chegou o dia de fazer a prova.

---

<sup>2</sup> Instituído pelo Presidente Getúlio Vargas em 1931, o Exame de Admissão durou até 1971. Era um exame de admissão de alunos ao ensino secundário. O ginásio compreendia quatro séries do ginásio, da 5ª à 8ª séries. “O exame de admissão ao ginásio foi instituído, em nível nacional, no ano de 1931, e perdurou oficialmente até a promulgação da Lei nº 5692/71, quando foi instaurado o ensino obrigatório de 1º grau, com duração de oito anos, integrando os cursos primário e ginásio em um único ciclo de estudos. A reforma do ensino de 1931 organizou o secundário em dois cursos seriados: o fundamental, com duração de cinco anos, e o complementar, com duração de dois anos. O complementar, geralmente oferecido em salas anexas a faculdades, era pré-requisito para a realização de matrícula nos cursos superiores.” Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.46, p. 107-118, jun2012 - ISSN: 1676-2584.

<sup>3</sup> Atual Escola Estadual Euclides da Cunha, Bairro de Cachoeirinha, Manaus-AM.



Havia uma amiga de minha mãe que trabalhava no Instituto de Educação<sup>4</sup>. Fui e me matriculei para fazer o exame no Instituto de Educação, que era público, e é até hoje. Muitas clientes de minha mãe trabalhavam lá. Então, fui fazer o exame no dia da prova de português. Olha que eu saía do Bairro da Cachoeirinha, andava toda a avenida Sete de Setembro e depois subia a Avenida Eduardo Ribeiro, lá em Manaus. Isso correspondia a quase como andar a Asa Norte<sup>5</sup>, ida e volta. Eu ia e voltava a pé, todo dia. Fui fazer a primeira prova, que era de português. As provas eram todas eliminatórias e no final havia provas orais. Fiz a primeira prova escrita, mas quando saiu o resultado, as amigas da minha mãe, que trabalhavam no instituto de Educação, falaram que eu não tinha passado. Mas eu tinha passado na primeira prova, sim. Elas que se equivocaram. Só depois de dois dias avisaram minha mãe que eu deveria comparecer ao Instituto de Educação, às sete horas da manhã, para fazer as três provas escritas que faltavam e mais as quatro provas orais. Ou seja, sete provas num só dia, sem comer nada. Passei. Tenho o certificado em casa até hoje.

Então comecei a estudar no Instituto de Educação. Estava fazendo o curso Normal. Depois tive um problema muito sério em minha vida. E deixei de estudar na 2ª série do ginásial. Época em que eu conheci o pai dos meus meninos. Mais tarde resolvi voltar a estudar e esse meu companheiro não deixava. Só em 1974 é que concluí o segundo grau. Tive dificuldades para acompanhar os colegas, pois fui fazer a 3ª série ginásial e, devido ao fato de ter parado de estudar há nove anos, tinha dificuldade de lembrar as matérias da 2ª

---

<sup>4</sup> Instituto de Educação do Amazonas, Rua Ramos Ferreira, 875, Centro, Manaus-AM.

<sup>5</sup> Bairro Administrativo de Brasília, DF.

série. Principalmente a matemática, que tinha mudado completamente. Mas venci, mais uma vez na vida. Foi no Colégio Brasileiro<sup>6</sup>, em Manaus-AM, que concluí o 2º grau, no curso de Técnico em Contabilidade.

*Memória MPM* – Nesse período em que formou no ensino médio, antigo 2º grau, a senhora já trabalhava?

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – Sim. Comecei a trabalhar no serviço público em 2/4/1962. Ingressei no Ministério Público da União em 26/3/1969. O meu primeiro trabalho foi quando tinha aproximadamente 18 anos de idade. Como contratada, consegui entrar no Serviço de Acôrdio de Classificação de Produtos Agrícolas e Pecuários em 2/4/1962, órgão estadual que tratava da exportação dos produtos extrativistas brasileiros. Depois, por meio de um decreto federal, esse órgão passou a ser federal, vinculado ao Ministério da Agricultura. Lá eu trabalhava de datilógrafa. Não frequentei curso, aprendi lá mesmo a datilografar. Só que na Amazônia tudo era muito difícil naquele tempo.

Conheci o Sr. Hiran de Lima Caminha, Delegado Regional do Tribunal de Contas da União (TCU), que veio a ser padrinho de meu filho. Naquela época, ele estava sem funcionários no Tribunal e por isso eu fui trabalhar com ele. Eu assinava o ponto no Ministério da Agricultura, mas trabalhava no TCU, no período de setembro de 1963 a fevereiro de 1968, examinando empenhos e contas, licitações, etc, um serviço de contabilidade pública. Até

---

<sup>6</sup> Colégio Brasileiro Pedro Silvestre, Rua 10 de julho 843, Centro, Manaus-AM.

que, por influência de alguns amigos, não sei quando, mas nessa faixa aí da década de 1970, e devido a esse conhecimento que eu adquiri no TCU, o dr. Antonio Raposo da Câmara<sup>7</sup>, procurador da Fazenda Nacional, me indicou para trabalhar na Procuradoria da República em Manaus. O dr. Osmar Pedrosa<sup>8</sup>, procurador da República, me requisitou para trabalhar como datilógrafa, na aplicação de verbas e tomada de contas. O que eu não sabia, procurava aprender com o dr. Hiran Caminha, do TCU. Na Procuradoria da República só tinha o procurador, uma funcionária e eu. Eu fazia diversos serviços e era muito esforçada no que fazia. Então, peguei muita amizade com o procurador dr. Osmar Pedrosa. Eu era um coringa naquela repartição. Fazia serviços gerais, levava correspondências, datilografava os pareceres, etc. Não havia verbas para quase nada das necessidades da Procuradoria. E essas pessoas iam me querendo bem.

Quando houve uma reforma administrativa, veio um enquadramento, acho que em 1973. Havia também, na Procuradoria, a dr<sup>a</sup> Edylcéa Tavares Nogueira de Paula<sup>9</sup>, procuradora da República. Ela foi muito benéfica para mim, pois

---

<sup>7</sup> Antonio Vinícius Raposo da Câmara tornou-se conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do estado do Amazonas, tendo presidido o órgão em 1982 e nos biênios 1983-1984 e 1985-1986. Corregedor do Tribunal em 1987, nesse mesmo ano aposentou-se. Fonte: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-iografico/antonio-vinicius-raposo-da-camara>

<sup>8</sup> Atuou como Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Amazonas, de 13 de março de 1947 a 1973 (1º mandato) e 7 de março de 1976 a 1983 (2º mandato).

<sup>9</sup> Atuou como Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Amazonas, de 3 de dezembro de 1973 a 6 de março de 1976. Promovida a subprocuradora-geral da República, em 1991.

me ensinou a datilografar pareceres com estética. Ela dizia: “Maria Luiza, fuja das pessoas burras, porque burrice pega”. Nessa época também precisei recorrer ao dr. Câmara e ao dr. Hiran para me apoiarem para fazer a prova de datilografia, para entrar no quadro de servidor público, porque eu não era concursada na época. E consegui vencer mais essa batalha.

Fiquei trabalhando nos anos 70 com o dr. Osmar Pedrosa e me separei do pai de meus filhos. Em Manaus, naquela época, mulher solteira com filhos, morreu! Eu ouvia falar que tinha gente que vinha para o Sul, estudava e melhorava de vida. Também havia a parte financeira, porque diziam que tinha apartamento mais barato para o uso dos funcionários públicos. Nisso conheci o dr. Gildo Correa Ferraz, subprocurador-geral da República, genro de um general, Rodrigo Otávio<sup>10</sup>, ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Certo dia, quando dr. Gildo chegou em Manaus, eu liguei para ele. Coisa de Deus. Marquei um encontro com ele e contei minha história. Nesse tempo, meus filhos estavam no Colégio Militar de Manaus e só tiravam notas altas em todas as matérias, eram excelentes alunos. Um deles passou em primeiro lugar e o outro era graduado de Sargento Aluno. O dr. Gildo fez uma jurisprudência para meus filhos poderem vir estudar no Colégio Militar de Belo Horizonte-MG. Pedi a ele para ser transferida para Belo Horizonte, mas ele disse que não tinha vaga para mim. Entretanto, disse que eu poderia vir trabalhar em Brasília, ficando meus filhos no Colégio Militar de Belo Horizonte, internos, mesmo não sendo filhos de militar. Assim, vim para Brasília, em dezembro de 1977. Sempre vivi para educar meus filhos, a ponto de vender a única casa, em Manaus, para pagar

---

<sup>10</sup> Tomou posse como Ministro do STM em novembro de 1973 e aposentou-se em Maio de 1979. Fonte: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rodrigo-otavio-jordao-ramos>

as despesas no Colégio Militar e na Escola Naval. Em Brasília fiz o curso de Direito e trabalhava nos gabinetes da Subprocuradoria-Geral da República.

*Memória MPM* – Posteriormente, a senhora se estabeleceu no Rio de Janeiro e lá fez vários cursos.

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – Sim, nesse período eu conheci o que veio a ser o pai de minha filha, um coronel do Exército. Que logo depois, com 48 anos, saiu general. Nós tivemos um relacionamento amoroso, mas por motivos pessoais eu não quis me casar com ele. Esse general se transferiu para o Rio de Janeiro e decidi acompanhá-lo. Fiquei lotada na Procuradoria da República. Nesse período, eu estava ainda fazendo a faculdade de Direito. Fiz a faculdade de Direito quase toda na Nacional do Rio<sup>11</sup>. Na faculdade de Direito fazíamos somente dois anos de prática forense, mas para participar do concurso para juiz ou promotor, à época, era necessário ter quatro anos de prática forense. Esta foi a razão pela qual fiz o concurso para o cargo de auxiliar judiciário da Justiça Militar. Como auxiliar judiciário, na 2ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, completei os quatro anos de prática forense que me deram a condição para concorrer ao cargo de promotor de Justiça Militar do MPM. Foi uma benção trabalhar nessa Auditoria porque foi lá que eu encontrei o dr. José Carlos Couto de Carvalho, promotor Militar, com quem estudei para o concurso. Minha filha nasceu em 5/2/1982, cujo pai é o general. Voltei com ele para Brasília, concluí o curso de Direito em 1985 e coleei grau em 1986.

---

<sup>11</sup> A Faculdade Nacional de Direito é uma unidade de ensino, pesquisa e extensão da UFRJ, sita à R. Moncorvo Filho, 8, Centro, Rio-RJ.

*Memória MPM* – Mas o que motivou a senhora a sair do Rio e voltar para Brasília?

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – Vim acompanhar o pai da minha filha. Voltei a estudar no CEUB<sup>12</sup>, onde me formei em Direito. Em 1983, morando no Rio de Janeiro, teve um concurso para auxiliar judiciário da Justiça Militar. Fiz a inscrição sem quase nada saber dessa Justiça. O tempo era curto para estudar, além de trabalhar, fazia faculdade e tinha filha pequena e marido para cuidar. Só depois da meia-noite, até as cinco horas da madrugada, eu estudava para o concurso. A prova foi no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Imagina a quantidade de candidatos para apenas três vagas. Pensei que não tinha passado, nem fui ver o resultado. Porém, no último dia de prazo para o candidato aprovado se apresentar e levar a documentação exigida, por acaso, eu parei na frente do local onde afixaram a lista dos aprovados. Então, eu fui lá como quem não quer nada, para olhar o resultado e ver em que posição eu tinha ficado. Susto! Acredita que eu passei em primeiro lugar?! Logo depois, fui lotada na 2ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, no mesmo ano. Depois me transferi para Brasília, para acompanhar o meu companheiro, pai da minha filha, e fiquei trabalhando no STM, onde sofri muito porque era mulher de general. Mas, por outro lado, conheci pessoas maravilhosas também. O general foi para a reserva e voltamos para o Rio de Janeiro.

---

<sup>12</sup> CEUB – Centro de Ensino Unificado de Brasília, atual UniCEUB – Centro Universitário de Brasília e possui dois Campi; um na Asa Norte – Brasília-DF (Campus I) e outro em Taguatinga/DF (Campus II).

No Rio de Janeiro fui trabalhar na mesma Auditoria em que o dr. Couto<sup>13</sup> era procurador. O dr. Couto já tinha o curso para concurso de advogado de ofício, juiz e promotor da Justiça Militar. Comecei a frequentar as aulas do dr. Couto na Cinelândia, na Rua Álvaro Alvim<sup>14</sup>, onde ele dava aula no início da noite. Pouco tempo depois abriu o concurso para promotor da Justiça Militar<sup>15</sup>. Falei ao dr. Couto que queria me inscrever para o concurso e perguntei sua opinião. Respondeu-se que era bom: “Faça; então se inscreva”. As inscrições chegaram a quase 1500 candidatos para apenas oito vagas. Eu fiquei com uma delas. A prova escrita era feita em cinco horas, o tema da redação foi Concurso Aparente de Normas. O dr. Couto tinha na sala de aula uma apostila velha, sem utilização, na qual o último assunto era Conflito Aparente de Normas. Atualizei a apostila onde estava desatualizada. Na véspera da prova escrita eu li essa apostila e justo o que eu havia lido nas últimas páginas caiu na prova de redação. Foi sorte ou não foi? Resultado da prova escrita: eu passei. Essa redação excluiu do concurso quase todos os candidatos, pois só restaram treze aprovados e eu era um deles. Fui a zebra do concurso. (Risos).

---

<sup>13</sup> José Carlos Couto de Carvalho, subprocurador-geral da Justiça Militar, aposentado. Em 15 de fevereiro de 1982, passou a atuar junto à 1ª Auditoria da 1ª CJM, RJ. Em 15 de dezembro de 1983, passou a atuar junto à 2ª Auditoria da mesma Circunscrição. Foi promovido a procurador militar de primeira categoria em 30 de novembro de 1984. Em 27 de novembro de 1987, foi convocado para atuar na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília. Em 2 de dezembro de 1992, foi promovido a subprocurador-geral da Justiça Militar. Aposentou-se em 1995. Fonte – Site do Centro de Memória do MPM.

<sup>14</sup> Rua Álvaro Alvim localiza-se no Bairro da Cinelândia, Centro, Rio-RJ.

<sup>15</sup> 5º Concurso para Procurador Militar de 2ª Categoria, em 1987-1988.

*Memória MPM* – Lembra-se da prova oral desse concurso? Quem compunha a banca examinadora?

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – Claro que me lembro. Quem se esquece da maior vitória de sua vida? As provas orais...eu tinha só um mês para estudar todas as matérias. À época já estava separada do general. Vim a Brasília para fazer as provas orais trazendo comigo minha filha com apenas cinco anos de idade. A Procuradoria-Geral de Justiça Militar estava instalada no sétimo andar do Edifício Sede do STM, na Praça dos Tribunais superiores, no Setor de Autarquias Sul. A banca examinadora só tinha juristas de alto gabarito. Tinha também dois nomes de peso da Justiça Militar, dos quais os candidatos tinham verdadeiro pavor: dr<sup>a</sup> Marly Gueiros Leite<sup>16</sup> e dr. Milton Meneses da Costa Filho<sup>17</sup>, ambos subprocuradores-gerais de Justiça Militar. Consegui, me saí muito bem, linda, bela e formosa! Nessa prova oral eram treze candidatos; desses treze, foram aprovados oito, inclusive eu, em oitavo lugar. Para a minha querida colega de faculdade Rita de Cássia Lapport<sup>18</sup> caiu o ponto Crime Militar em Tempo de Guerra. Os candidatos, inclusive eu, sorteamos cinco vezes o ponto Medida de Segurança. A banca examinadora era composta pelo procurador-geral de Justiça Militar, que era o Dudú (Eduardo Victor Pires

---

<sup>16</sup> Subprocuradora-Geral de Justiça Militar, aposentada. Foi promovida ao cargo de subprocuradora-geral de Justiça Militar em 1984. Em fevereiro de 1994, aposentou-se. Fonte: Site do Centro de Memória do MPM.

<sup>17</sup> Subprocurador-Geral de Justiça Militar, aposentado. Foi promovido ao cargo de subprocurador-geral em julho de 1973 e ocupou o cargo de procurador-geral de Justiça Militar entre 27 de abril de 1977 a 1º de abril de 1985; e de 30 de março de 1990 até sua aposentadoria em 9 de fevereiro de 1994.

<sup>18</sup> Subprocuradora-Geral de Justiça Militar, falecida em 18/04/2015.



Gonçalves<sup>19</sup>), o dr. Luiz Felipe Damiano Serralvo, Diretor da Faculdade de Direito do CEUB, a dr<sup>a</sup> Marly Gueiros Leite, o dr. Milton Menezes da Costa Filho e mais um, representante da OAB/DF, se não me engano.

O dr. Milton e a dr<sup>a</sup> Marly eram muito cultos, com português brilhante e conhecedores profundos das leis da Justiça Militar. Quando eu fui sortear o meu ponto, saiu Medida de Segurança, que foi sorteado pela quinta vez naquele dia. O dr. Milton e a dr<sup>a</sup> Marly ficaram “quicando” de raiva. Fui para uma sala por trinta minutos, que eu apelidei de “antecâmara da morte”. Fui chamada para a prova, sentei em frente da brilhante banca examinadora. O dr. Milton disse: “Doutora, fale o que sabe sobre a matéria do ponto sorteado”. Só que antes de eu começar a falar começou a prostrar sobre um outro assunto, algo aleatório, com a dr<sup>a</sup> Marly. Fiquei lá parada aguardando eles terminarem, isto sem darem a mínima para mim e, conseqüentemente, para o que eu estava falando. Depois, o dr. Milton fez uma questão para mim que comecei a responder como um carro derrapando. Estava muito nervosa. O dr. Milton me fez outra pergunta, de Direito Processual Militar, uma matéria “brava”, que era cruel mas eu sabia. Depois desta resposta ele me passou para a dr<sup>a</sup> Marly. Eu achava que ela seria melhor que ele, ledô engano. Mas os dois continuavam a conversar, batendo papo. A dr<sup>a</sup> Marly chegou a fazer uma pergunta, e não lembro como respondi, só sei que ela disse: “Ah Milton, a candidata é tua”. Quando ela fez isso, eu dei um tipo de suspiro. Ela percebeu e disse: “Viu, Milton, a Doutora está com medo de fazer prova contigo!”. Nesse momento rapaz... pensei: eles vão me reprovar. Mas aquilo mexeu com meus

---

<sup>19</sup> Exerceu o cargo de procurador-geral da Justiça Militar no período de 1987 a 1990. Em 12 de março de 1990 foi nomeado a ministro do Superior Tribunal Militar. Faleceu em 30 de setembro de 2011. Fonte: Site do Cento de Memória do MPM.

brios. Eu, uma cabocla da terra do Amazonas; uma bofetada na minha cara não doeria tanto. Dizer que eu estava com medo! Porque a minha raça não é de ter medo. Então o dr. Milton, ato contínuo, virou para mim com muita calma e disse: “Doutora, a senhora está com medo de fazer prova comigo?” Aí ele tocou fogo na Maria Luiza. Eu estava sentada, levantei e de dedo em riste, já pensando: se vão me reprovar, então vou rodar minha tanga de índia do Amazonas aqui. Ele vai me reprovar, mas ele vai conhecer uma amazonense de fibra. De dedo em riste disse: “Ledo engano de Vossa Excelência”. E fui andando como se eu estivesse em um tribunal do júri: “O que o senhor acabou de assistir, Excelência, foi um ato reflexo, mas não para demonstrar medo e sim respeito, não só pelo senhor, mas por toda a banca examinadora. Porque eu, a exemplo de todos os candidatos que fazem um concurso desse nível, procuram estudar quem são os seus examinadores, para saber quais as teses jurídicas que eles adotam. Então, eu não fujo à regra, pois conheço todos os examinadores dessa banca. Esse ato reflexo não foi de medo, foi de respeito”. Encerrei minha fala. E pode ter certeza: eu passei com essa atitude.

*Memória MPM* – Os examinadores perguntaram mais alguma coisa para a senhora?

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – Quero dizer neste momento que, por parte da minha mãe, tenho sangue de português, judeu e índio. Da parte do meu pai, sangue de cearense de Sobral-CE, das famílias Gomes, Tavares e Mello. Vamos ao que interessa.

O Dr. Milton disse para mim: “Doutora, temos ainda uns minutos de seu

tempo. Vou fazer três questões bem fáceis para a doutora”. Mas a minha conclusão foi que, com aquela atitude, mostrei para a banca examinadora que eu atuava e que era capaz de, num improviso em audiência, dar uma resposta daquelas. O Ministério Público precisa muito é disso, não é? Quantas vezes tive que ter esse tipo de atitude na minha carreira.

Veja bem, o que você, procurador do Ministério Público, faria se em audiência para ouvir testemunha de defesa o juiz-auditor falasse: “Aqui comigo o Ministério Público é o primeiro que apanha e o último que fala?” Já estava quase terminando a audiência e no outro dia tinha outra do mesmo processo para continuar ouvindo testemunhas de defesa. Calei, fui para casa pois precisava pensar. No dia seguinte, aberta a audiência, o juiz chamou outra testemunha da defesa para ouvir. Após identificá-la fez a primeira pergunta, momento em que eu levantei e requeri questão de ordem, que o Conselho de Justiça deferiu. Requeri a leitura da ata da última audiência. Passado uns trinta minutos o diretor da Secretaria falou para o juiz que a ata estava pronta mas não datilografada. Ato contínuo, perguntou se eu aceitava a leitura em manuscrito. Concordei, desde que me desse uma cópia xerox da mesma. Lida a ata, constatei que nela não continha o fato ocorrido na audiência do dia anterior. Requeri que constasse da ata o fato do dia anterior. O fato era o seguinte: depois de encerrar as perguntas da testemunha de defesa, o juiz passou a palavra para o defensor. Este respondeu ao juiz que em ação criminal o Ministério Público sempre fala primeiro. O juiz respondeu: “Mas não aqui comigo, pois o Ministério Público é o primeiro que apanha e o último que fala. Vai fazer perguntas para a sua testemunha?” Eu conhecia o juiz o suficiente para saber que ele jamais me ofenderia e ao Ministério Público. Era um bom juiz e bom camarada. Foi a burrice do defensor que o tirou do

sério. Quando requeri que o fato constasse em ata ele disse: “Doutora, foi só uma brincadeira.” Respondi: “Sim, Doutor, mas o Conselho de Justiça, o advogado e eu não estamos aqui para brincadeira. Além do quê, temos de respeitar o réu. Pergunto ao Senhor se essa expressão ‘foi uma brincadeira’ pode ser considerada como um pedido de desculpa ao Ministério Público; se assim for eu aceito e dou por encerrado o fato.” Ele respondeu que sim e encerrei a delonga. Este fato aconteceu na 12ª CJM (Circunscrição Judiciária Militar), em Manaus-AM.

Então, quando eu cheguei no Rio de Janeiro, no curso do dr. Couto, passada no concurso! Rapaz, não era uma zebra, era uma manada. (Risos).

Na época eu morava com meu filho. Ele era tenente da Marinha, recém-formado.

O César [Luís Rangel] Coutinho, o Roberto Coutinho e eu, fomos os últimos a serem nomeados naquele concurso. Ficamos muito preocupados porque as primeiras nomeações daquele concurso haviam ocorrido em abril de 1988. Nós três ficamos fora, já estávamos em setembro e nada. Afinal, se nós não fossemos nomeados poderíamos perder as nossas vagas, pois havia sessenta membros do MPM que foram nomeados, sem concurso, e que iriam preencher essas vagas; isso devido à Constituição de 1988<sup>20</sup>. Apesar de nós

---

<sup>20</sup> A Constituição de 5 de outubro de 1988 constituiu um marco significativo na valorização do Ministério Público brasileiro, conceituando-o como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Para tanto, proveu-o de princípios essenciais para o pleno e equilibrado exercício das atribuições previstas em lei: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. Fonte: Site do CMMPPM – matéria: Histórico do MPM. Autor: Antônio Pereira Duarte, subprocurador-geral de Justiça Militar.

sermos concursados, eles já estavam no MPM. Deixei minha filha com meu filho Hiram e vim para Brasília. Conhecia um juiz da Justiça Militar, um sergipano, que se dava muito com o Ministro da Justiça, [Paulo] Brossard<sup>21</sup>. Havia encontrado esse juiz no Rio, antes de vir para Brasília, e ele havia dito que me levaria para falar com o Ministro Brossard. Então, ele me levou mesmo para o Ministério da Justiça, onde fomos recebidos pela assessoria do Brossard, que estava viajando. E finalmente fomos nomeados, já no limite, em 19/9/1988<sup>22</sup>. [A referida constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988].

Para não sair da classificação do concurso o César, o Roberto Coutinho e eu combinamos que entraríamos, os três, em exercício na mesma data. Pessoas maravilhosas esses dois. E assim entrei na Justiça Militar e fui para Manaus, para a 12<sup>a</sup> CJM.

*Memória MPM* – Quem entrou nesse concurso junto com a senhora?

*Maria Luíza Monteiro de Melo* – Olha, alguns passaram comigo, mas tomaram posse em outros concursos em que também haviam passado. Eu me lembro que era a Anete [Vasconcelos Borborema], a Rita [de Cássia Lapport], que havia sido minha colega na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o

---

<sup>21</sup> Em 1986 foi nomeado Ministro de Estado da Justiça, no governo José Sarney, e permaneceu no cargo até janeiro de 1989. Fonte: Site do Supremo Tribunal Federal.

<sup>22</sup> De acordo com Decreto de 16 de setembro de 1988, foram nomeados para o cargo de procurador militar de segunda categoria: César Luiz Rangel Coutinho, Roberto Coutinho e Maria Luíza Monteiro de Melo, DOU de 19/9/1988.

Cezar Luiz Rangel Coutinho, o Roberto Coutinho...<sup>23</sup>. Ah, sim, lembrei, o dr. Carlos Frederico [de Oliveira Pereira] também era desse concurso.

*Memória MPM* – Então, em 1988, a senhora foi designada pelo então presidente José Sarney para exercer a função de substituta de procurador militar de segunda categoria, junto à Auditoria da 12ª CJM, retornando, assim, para o Estado do Amazonas. Como foi esse início de carreira? E em termos de infraestrutura, como era a PJM Manaus?

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – “Maravilha”, um “luxo”. (Risos). Se aqui a Procuradoria-Geral da República ficava no prédio do DASP, a Subprocuradoria-Geral no MIC<sup>24</sup>, imagina como era em Manaus! Cada procurador tinha direito a uma sala pequena no segundo andar da Auditoria. A Auditoria funciona até hoje em um prédio muito bonito, em um terreno maravilhoso. Nós só tínhamos a sala; mesa, cadeira, máquina de escrever antiga, papel e etc era fornecido pela Auditoria, até o telefone.

---

<sup>23</sup> No 5º Concurso para procurador militar de 2ª categoria foram aprovados os seguintes candidatos: Anete Vasconcelos de Borborema, Carlos Frederico de Oliveira Pereira, Rita de Cássia Lapport, Vera Lúcia Andrighi Moreira Alves, Julieta Dutra Muller, Cezar Luís Rangel Coutinho, Roberto Coutinho, Maria Luiza Monteiro de Melo, conforme classificação final publicada no DOU de 11 de jan de 1988, Seção I, página 647.

<sup>24</sup> Ao se transferir para Brasília, em 1962, a PGR ocupou dois andares do prédio do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). O órgão chegou a utilizar espaços do Ministério da Indústria e Comércio e do Ministério da Saúde antes de se mudar, em 1982, para um prédio na Avenida L2 Sul, Asa Sul, Brasília. Fonte: Site do MPF – Artigo: Sede da PGR completa 10 anos, publicado em 15/08/2012.

*Memória MPM* – Alguma atuação a marcou mais?

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – Certa vez o dr. Couto disse que, à época, eu peguei os piores processos da Justiça Militar. Vou contar para vocês, o dr. Couto, um delegado da Polícia Federal e eu quase morremos, os três juntos, certa vez, na Bahia. Na época o meu carro era um Monza. Os meliantes pegaram o carro e serraram a bomba de gasolina. Olhando por fora você não via, mas quando você ligava o carro a gasolina caia em cima do motor. Quase que nós explodimos nesse carro. O delegado, já mais esperto, disse: “Doutora, mas esse seu carro está fedendo tanto a gasolina”. Eu respondi que devia ser porque eu acabara de abastecer no posto de gasolina. Quase que a gente explode. Nós saímos dali de perto do Farol<sup>25</sup> para o lado do estádio de futebol, para ir jantar num restaurante muito bacana que tinha lá. Por pouco esse carro não explode, pois estava jogando gasolina em cima do motor. Eu sofri oito atentados, que eu percebi em Manaus e em Salvador. Escapei de todos não sei como; mas quem duvida de Deus? A maior parte era de acidente de carro. Entravam na minha residência para colocar “escuta” no meu telefone e sabe Deus o que mais. Eu saía de casa (apartamento) e trancava a porta, quando voltava a chave não abria a fechadura da porta. Tinha que procurar a noite um chaveiro para abrir a porta. Saí de Manaus porque queriam me matar, por isso fui para Salvador-BA.

Teve outra situação em Salvador. Eu estava subindo um morro muito íngreme para levar minha filha para o colégio. Estava lá em cima quando parei num semáforo; quando abriu o sinal, eu acelerei o carro e nesse instante o cabo da embreagem quebrou e o carro saiu desgovernado e foi parar do outro lado da

---

<sup>25</sup> Farol da Barra – Localiza-se em Ponta de Santo Antônio, Salvador, BA.

pista. O mecânico disse para mim: “Minha senhora, seu carro é novo, tudo aqui parece que foi um atentado, a senhora procure ver isso. Não tinha como esse cabo arrebentar assim; ele foi cortado ou serrado propositalmente.”

Saí de Manaus porque queriam me matar. Sabendo que eles queriam me pegar, pedi transferência para Salvador.

*Memória MPM* – E como foi essa mudança para Salvador?

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – Para não me matarem em Manaus, queria sair de lá com minha filha. O MPM me ofereceu três opções: São Paulo, Salvador ou Recife. Optei pelas vagas de São Paulo e Salvador. Peguei a vaga de São Paulo. Só que o Mário Sérgio [Marques Soares]<sup>26</sup> queria sair de Salvador. Eu não o conhecia. Ele falou com o dr. [Nelson] Marabuto [Domingues], Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, se eu aceitaria trocar a vaga de São Paulo pela de Salvador, porque ele queria assumir a vaga de Juiz de Fora-MG. Por ato de camaradagem fui para Salvador e o dr. Mário para Juiz de Fora. Mas a troca não foi boa para mim, em Salvador peguei os piores processos, que o dr. Mário havia deixado para mim. As denúncias dele eram muito bem-feitas, por sinal, e me ajudaram muito. Mas eu penei. Nessa, quase que eu vou para a terra dos “pés juntos”.

---

<sup>26</sup> Mario Sérgio Marques Soares - em dezembro de 1990, a pedido, removeu-se por permuta, da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM para a 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, permanecendo em exercício junto à Auditoria da 6ª CJM, em Salvador, Bahia, por interesse da Administração. Aposentou-se, voluntariamente, em 29 de agosto de 2017, no cargo de subprocurador-geral de Justiça Militar.



*Memória MPM* – A senhora pode falar mais desse processo, do que se tratava?

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – Por questão de ética prefiro não comentar. Posso apenas dizer que na véspera do julgamento o soldado que trabalhava no gabinete do juiz-auditor pediu meu carro emprestado para ir deixar algumas coisas dele no Setor Militar Urbano de Salvador, onde o prédio da Auditoria fica na entrada. Depois do julgamento foi que aconteceu o fato em que saí com o dr. Couto e o delegado da Polícia Federal para jantar e por sorte o carro não explodiu conosco dentro.

*Memória MPM* – Teve algum outro caso importante que queira mencionar?

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – Na 12<sup>a</sup> CJM, em Manaus, um juiz-auditor me disse que nunca tinha visto uma promotora defensora. Respondi que era promotora, e não perseguidora, que primava ser fiscal da lei. Isto porque entrei com um habeas corpus para soltar um réu que passaria preso desnecessariamente todo o período do recesso natalino. O juiz auditor quase me despeja da Auditoria. Essa era a minha maneira de agir em defesa da lei e da justiça.

*Memória MPM* – A senhora lembra quando tempo passou em Manaus?

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – Não lembro, mas a 12<sup>a</sup> CJM é um laboratório jurídico. A jurisdição é muito grande porque engloba quatro Estados: Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. A sede é em Manaus.

Dá para imaginar o que é trazer réus e testemunhas do Acre, Roraima e Rondônia? Na minha época não existia computador e internet, só nos restava pedir a ajuda das três Forças Armadas. A Aeronáutica trazia os réus e testemunhas e o Exército fornecia abrigo e comida nos alojamentos, e transporte para a Auditoria nos dias de audiência. O Ministério Público não dispunha de verbas, vivíamos dos favores da Auditoria para tudo, até para tomar um copo d'água. Trabalhávamos muito de noite e de dia, nunca perdi um prazo. O promotor trabalhava sozinho, sem ter sequer um datilógrafo para bater os pareceres.

Dentre muitos casos em Manaus, lembro de um muito interessante. Consegui o arquivamento de um inquérito que tinha mais de vinte fatos que em tese constituem crime. Vou explicar como: fiz analogia. Havia um cabo da Aeronáutica que queria ficar *sub judice* porque estavam querendo mandá-lo embora da caserna, pois estava para vencer seu tempo de serviço para ficar definitivamente no quadro da Aeronáutica. Ele, porém, não queria sair. O que ele pretendia era estar *sub judice* para completar os dez anos e permanecer na Aeronáutica. Esta era a causa do processo. A Aeronáutica foi para a selva fazer treinamento de guerra. Devia ser época de São João. Acontece que, depois do almoço, o grupamento todo ficou descansando um pouco, cochilando debaixo das árvores. De repente um deles soltou um catolé. Catolé são aquelas bombinhas de São João, que fazem muito barulho na explosão. Despertou todo mundo, foi aquela agitação. Oportuno lembrar que eles estavam fazendo treinamento de guerra. Parecia o quê? Que o inimigo estava atacando. (Risos). Coisa de soldado. Onde tem soldado tem brincadeiras. O comandante reuniu a tropa e exigiu saber quem fora o autor da brincadeira. Nessa hora ninguém acusa por questão de honra. Nas

Forças Armadas disciplina, hierarquia e honra são os maiores fundamentos. Aí o cabo, que queria permanecer na Aeronáutica, apontou o colega que tinha jogado o catolé. O comandante, pela brincadeira, mandou o pretense “inimigo” pagar várias flexões. Mandou também o “escamoso” (dedo-duro) pagar o mesmo exercício. O “escamoso” respondeu ao comandante que não ia pagar as flexões e saiu correndo para fugir do acampamento. O comandante ordenou que a tropa fosse atrás dele. Conseguiram pegá-lo já muito longe do acampamento, mas o trouxeram de volta. Foi aí que o comandante mandou fazer um buraco na terra (prisão de guerra) para aprisionar o “inimigo”, que ficou uma noite e um dia assim. Ao voltar para Manaus, o “escamoso”, indignado, foi a uma delegacia comum denunciar o ato de tortura do comandante. O delegado declinou o caso para a Justiça Militar. Fiz um ofício requisitando ao brigadeiro do 7º COMAR a instauração de IPM (Inquérito Policial Militar). O IPM foi feito e estava com vista para mim. Certo dia, o brigadeiro foi na Justiça Militar pedir ao juiz-auditor para agilizar o processo, que lhe respondeu que não podia, pois estava para análise do Ministério Público. O brigadeiro falou: “Mas o senhor não manda no Ministério Público?”. A resposta do juiz foi: “Não senhor, o ministério Público é independente. Se o senhor quiser, procure o representante do Ministério Público”. Foi assim que o brigadeiro me telefonou pedindo para agilizar o exame do inquérito. Era quase final de ano, respondi que estava muito ocupada mas que daria uma resposta o mais breve. Levei o processo para casa para examinar à noite. Eu adorava trabalhar de madrugada; eu amanhecia o dia com o sabiá cantando e nem sentia. O processo tinha um monte de crimes que aquele cabo tinha cometido. Depois do exame dos autos concluí pelo arquivamento baseado em que todos aqueles fatos que aconteceram na selva, que eram imunes de

crime porque estavam em treinamento e as condições desse treinamento eram como se fossem em tempo de guerra real. Fui ao 7º COMAR levar cópia do pedido de arquivamento dizendo ao brigadeiro que não era uma obra literária, que os fundamentos é que importavam. Sei que esse processo veio para o corregedor, em Brasília, que não só concordou comigo como também me elogiou.

Oportuno esclarecer que o brigadeiro tinha pressa porque no fim do ano é que as Forças Armadas transferem os militares. O brigadeiro queria saber quais os militares que seriam denunciados para não transferi-los em condição *sub judice*.

Teve outro caso em Manaus, em que o réu foi condenado a uma pena pequena. O réu saiu da audiência dizendo: “Eu não vou pagar este advogado, porque quem me defendeu foi a promotora”. É salutar dormir depois de uma declaração dessas.

**Memória MPM** – Se a senhora fizesse uma síntese de sua trajetória no Ministério Público Militar, como a sintetizaria?

**Maria Luiza Monteiro de Melo** – Para mim a Justiça Militar é a melhor do Brasil. É totalmente de graça, séria e se trabalha bem. Quem trabalha nela, salvo raríssimas exceções, são pessoas muito sérias e competentes.

Você sabe porque que minha carreira de promotora, em sete anos, foi fantástica? Por causa da Constituição de 1988. Foram criados mais cargos

de subprocurador-geral e mais vagas nas Auditorias. Onde antes havia só um promotor ficaram três membros, um procurador e dois promotores.<sup>27</sup>

*Memória MPM* – A Senhora se aposentou e continuou atuando?

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – Não, aposentei e fui para minhas terras, onde nasci, no Amazonas. Queria ser fazendeira, criando gado. Não deu certo porque envenenaram meus animais. Quem mata boi mata gente também. Os caboclos do Amazonas, a maioria, só querem plantar maconha. Ter uma promotora federal por perto, para eles é um grande perigo.

*Memória MPM* – Há quanto tempo a senhora está aqui em Brasília?

*Maria Luiza Monteiro de Melo* – Vim para Brasília há cinco anos, para ficar perto dos meus filhos. Tem um fato interessante que aconteceu aqui em 2017. Certo dia, em outubro, me deu vontade de pegar no meu pulso, quando peguei estava alterado. Fui levada pelo meu filho, com urgência, para o Hospital Santa Helena. Fizeram os exames e fui internada imediatamente na UTI. Fiquei mais de vinte dias nessa UTI até ser “resgatada” pelo Ministério

---

<sup>27</sup> Por intermédio da Lei nº 12.673, de 25 de Junho de 2012, foram criados mais três cargos no quadro do Ministério Público Militar: um de procurador de Justiça Militar e dois de promotor de Justiça Militar. A carreira passou a contar, por conseguinte, com 79 membros, apresentando a seguinte composição: treze cargos de Subprocurador-Geral de Justiça Militar; vinte e dois cargos de Procurador de Justiça Militar; e quarenta e quatro cargos de Promotor de Justiça Militar. Fonte: Site do CMMPM – Artigo: Histórico do MPM, autor: Antônio Pereira Duarte, subprocurador-geral de Justiça Militar.

Público Militar, para onde pedi socorro. Disseram que eu tinha que colocar *stent* cardíaco. Fiquei aguardando. Inacreditável, a UTI do hospital sendo reformada com os doentes dentro. Um verdadeiro inferno. Certo dia, depois do [telejornal] Jornal Nacional fui dormir. Já estava dormindo mesmo quando de repente acordei com um susto terrível. Quase caí da cama, com gritos de uma mulher do hospital chamando: “Ei Maria, ei Maria; levanta Maria, vamos fazer fisioterapia”. (Risos). Era 21:30. Respondi: “A esta hora vai chamar a tua mãe”. Ela disse: “A senhora está me maltratando”. Eu disse: “Tu não viste nada, eu só ainda não estou te botando para correr porque não consegui descer da cama. Se eu te pegar vais me respeitar”. Fiquei fora de mim. Me levaram para um apartamento do hospital onde poderia usar o celular. No outro dia telefonei para o MPM pedindo “socorro”. No mesmo dia, à tarde, vieram em uma ambulância um cardiologista, enfermeira e o representante do Plan-Assiste e me transferiram para o Hospital do Coração. Pode imaginar o susto que o MPM deu na direção daquele hospital? Fui salva e agradeço a minha instituição, o meu querido MPM.

**Memória MPM** – A senhora tem mais alguma coisa que gostaria de acrescentar?

**Maria Luiza Monteiro de Melo** – Quero dizer que amo muito este MPM. Especialmente, amo muito e respeito o dr. José Carlos Couto de Carvalho e a dra. Maria Ester Henriques Tavares [Procuradora de Justiça Militar], membros ilustres do MPM, meus queridos amigos até hoje.

*Mário Quintana:*

“De repente tudo vai ficando tão simples que assusta. A gente vai perdendo necessidades, vai reduzindo a bagagem. As opiniões dos outros, são realmente dos outros, e mesmo que sejam sobre nós, não tem importância. Vamos abrindo mão das certezas, pois já não temos certeza de nada. E isso não faz a menor falta. Paramos de julgar, pois já não existe certo ou errado e sim a vida que cada um escolheu experimentar. Por fim entendemos que tudo que importa é ter paz e sossego, é viver sem medo, é fazer o que alegra o coração naquele momento. E só!”

*Memória MPM* – Dra. Maria Luiza, muito obrigado por seu depoimento.